

Ética e autoridade moral, as sugestões de Setúbal

Da sucursal de
CAMPINAS

A estabilidade econômica do Brasil somente será alcançada com a recuperação da credibilidade do planejamento a médio e longo prazo, a reforma tributária, a reordenação do aparelho estatal, a revisão do perfil industrial, a reorientação dos investimentos, a unificação orçamentária e a distribuição clara das áreas de competência entre os setores público e privado. A opinião foi exposta ontem, em Campinas, pelo presidente do Banco Itaú, Olavo Setúbal, em conferência que pronunciou no auditório da CPFL para um grupo de estagiários da Adesg.

Setúbal fez um apelo para "o compromisso ético e a autoridade moral", advertindo que, caso contrário, haverá descrédito internacional. "O grande risco do efeito-demonstração das manipulações de estatísticas e das distorções da informação é o de provocar o descrédito das instituições e dos códigos. Mesmo porque, quando as regras se tornam fluidas e desrespeitadas, e as decisões se esgotam na aparência, os homens deixam de saber como ajustar seu comportamento", disse.

Exemplificando, Setúbal condenou expedientes pouco ortodoxos para conter importações e ampliar exportações, como as operações de lease-back e acertos contábeis, "que podem levar os magos a acabar acreditando nos seus próprios truques". Para o ex-prefeito de São Paulo, não se pode mais continuar dizendo que o déficit público foi de 4,5% do PIB quando o FMI constatou o índice de 18%. "Tais discrepâncias estimulam as escamoteações, e estas, por sua vez, conduzem à perda de confiança de nossos interlocutores", afirmou.

Fazendo um diagnóstico da evo-

lução do processo de industrialização no País, Setúbal afirmou que o esforço nesse sentido trouxe problemas como a descoordenação dos gastos governamentais, a ênfase a projetos grandiosos concebidos antes mesmo da existência da demanda, a proliferação de empresas públicas redundantes, o aumento da discrepância entre os orçamentos monetários e fiscal com relação ao das estatais, e o desproporcional crescimento das despesas de custeio quando comparadas com cada cruzeiro investido.

Essas distorções, segundo a exposição de Setúbal, foram agravadas pela incapacidade de afirmação política do Legislativo e a hipertrofia do Executivo, contribuindo para um quadro de "ciranda inflacionária". Como decorrência, houve a explosão das taxas de juro, a especulação financeira e um imenso déficit público financiado pela inflação, pela emissão da moeda, pelo aumento da carga tributária e pela oferta de títulos públicos e pelo endividamento externo. Afirmou também que as empresas estatais, apesar de institucionalmente governamentais, na prática se tornaram autônomas. "Puderam, assim, dar-se ao luxo de não conter os custos, de não se preocupar com os aumentos desmedidos de seu custeio e até mesmo de socializar os prejuízos, seja repassando-os para os consumidores, seja apropriando-se de lucros gerados por preços artificiais decorrentes do monopólio de mercado, seja pressionando a transferência de receitas fiscais da União."

O setor público é responsável por 60% dos investimentos totais e por 70% da dívida externa. Por isso, a iliquidez do País e a violenta recessão por que passamos exige "uma ampla reformulação desse quadro, a fim de que não percamos o controle sobre nosso próprio futuro".